



#6

Relatório Tô no Mapa

ago 2024 – out 2025



Uso da Terra nas Comunidades Tradicionais



- > Tô no Mapa alcança mais de 1,3 milhão de hectares de territórios tradicionais automapeados em 400 comunidades;
- > 4 dos 6 biomas brasileiros já possuem comunidades mapeadas;
- > 37% das comunidades automapeadas estão no território há pelo menos 150 anos e 9% a mais de 325 anos;
- > 80% da área de territórios auto mapeados estão cobertos por vegetação nativa preservada;
- > 19 dos segmentos de povos e comunidades tradicionais, reconhecidos pelo Decreto no 8.750 de maio de 2016, já automapearam seus territórios com o Tô no Mapa;
- > Maranhão se destaca como o estado com maior número de cadastros (232);
- > O desmatamento dentro dos territórios automapeados foi 16 vezes menor em relação ao entorno de 10km nos anos de 2023 e 2024;



Relembre

Tô no Mapa é um aplicativo de celular acessível, gratuito e seguro para que Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares brasileiros façam o automapeamento de seus territórios. Uma iniciativa do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), da Rede Cerrado e do Instituto Cerrados (IC). O Tô no Mapa conta com o apoio financeiro da Climate and Land Use Alliance (CLUA), da Good Energies Foundation, da Ecosia e do DANIDA.

O Tô no Mapa foi lançado em outubro de 2020. A partir desse momento, Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e Agricultores Familiares começaram a se cadastrar no aplicativo. No site, há um vasto material onde é possível consultar vídeos tutoriais e perguntas frequentes com explicações sobre o aplicativo e o automapeamento. Além da iniciativa Tô no Mapa contribuir na produção de conhecimento e na disseminação de informação sobre populações tradicionais e seus territórios, também promove ações de comunicação, com matérias e cartilhas informativas, além de conteúdos para mídias sociais. No site também é possível acessar o Guia de Formalização de Territórios Tradicionais e os cinco relatórios anteriores do Tô no Mapa, que também estão disponíveis em inglês.

Este é o sexto relatório que, além de apresentar os números de automapeamentos feitos através do aplicativo Tô no Mapa e as frentes de atuação da iniciativa, apresenta uma análise do uso e cobertura da terra dentro e no entorno das comunidades automapeadas. O objetivo deste relatório temático é fortalecer a luta dos PCTs e Agricultores Familiares na garantia, regularização e respeito dos seus modos de vida, mostrando o importante papel desses territórios na conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.



A cada dia, novas comunidades utilizam o Tô no Mapa para automapear os seus territórios. Até setembro de 2025, são 400 comunidades automapeadas em 11 estados brasileiros e 111 municípios. 40,6 mil famílias de comunidades vivem em mais de 1,3 milhões de hectares há mais de 100 anos e lutam por respeito aos seus modos de vida e pela garantia definitiva de seus territórios. Essas áreas sofrem pressões de diferentes naturezas, mas continuam resistindo.



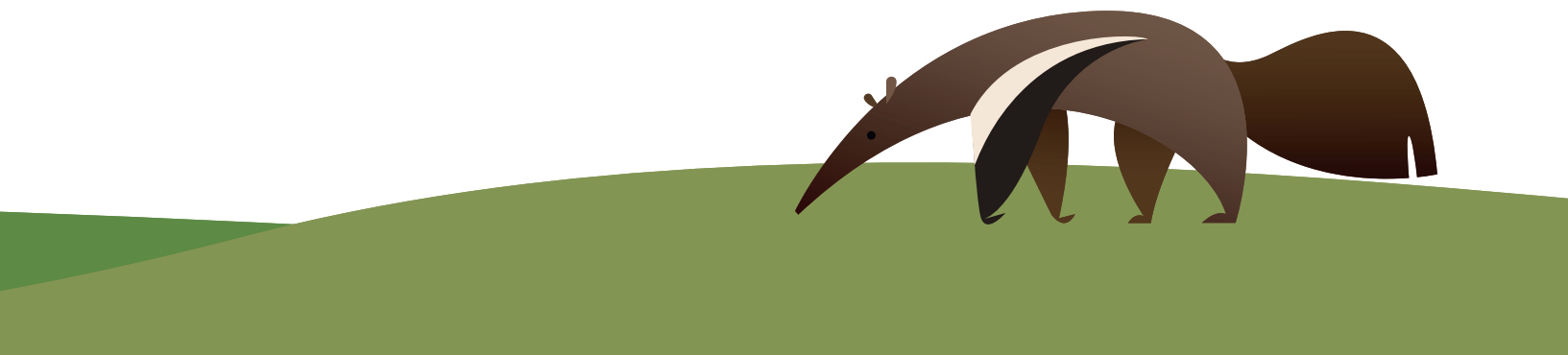
O Maranhão é o estado com maior número de comunidades cadastradas, somando 232, seguido por Minas Gerais (61), Tocantins (25), Bahia (24) e Mato Grosso do Sul (24). Em relação aos biomas, a maior concentração está no Cerrado, que possui 272 comunidades (68%), enquanto a Amazônia tem 104 (26%), a Caatinga 17 (4%) e a Mata Atlântica apenas 6 (1%). Até o momento, não há comunidades automapeadas nos biomas Pampa e Pantanal.



Icatu, no Maranhão, é o município com o maior número de comunidades automapeadas, são 41 comunidades que totalizam 18,5 mil hectares e representam 10% do número total de comunidades. Por outro lado, o município de Januária em Minas Gerais tem 20 comunidades automapeadas, representando uma área total de 104 mil hectares, sendo o município com maior área de comunidades automapeadas.

Tabela 1 - Número de comunidades
por estado e por bioma

Estado	Amazônia	Caatinga	Cerrado	Mata Atlântica	Total
Maranhão	95	0	137	0	232
Minas Gerais	0	11	50	0	61
Tocantins	7	0	18	0	25
Bahia	0	6	18	0	24
Mato Grosso do Sul	0	0	24	0	24
Goiás	0	0	12	0	12
Piauí	0	0	7	0	7
Mato Grosso	0	0	6	0	6
Paraíba	0	0	0	5	5
Sergipe	0	0	0	1	1
Pará	2	0	1	0	3
Total	104	17	273	6	400





Dos 29 segmentos reconhecidos oficialmente pela Presidência da República através do Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, 19 já estão representados no Tô no Mapa, além das comunidades que se identificam como agricultores familiares. O gráfico abaixo mostra que quase metade das comunidades (49%) se identificam como quilombolas (196), seguidas por agricultores familiares (173), que representam 43% do total. Outros segmentos também aparecem em menor proporção, como extrativistas (56), pescadores artesanais (39), ribeirinhos (31) e indígenas (30). Durante o automapeamento, é possível que uma mesma comunidade escolha mais de um tipo de segmento, o que amplia a diversidade de identidades registradas na plataforma.

Alguns estados possuem vários tipos de segmentos cadastrados, refletindo a grande diversidade cultural e social. No Maranhão 11 segmentos foram citados, no Tocantins 10 segmentos, Minas Gerais 9 segmentos e no estado da Bahia 7 segmentos.

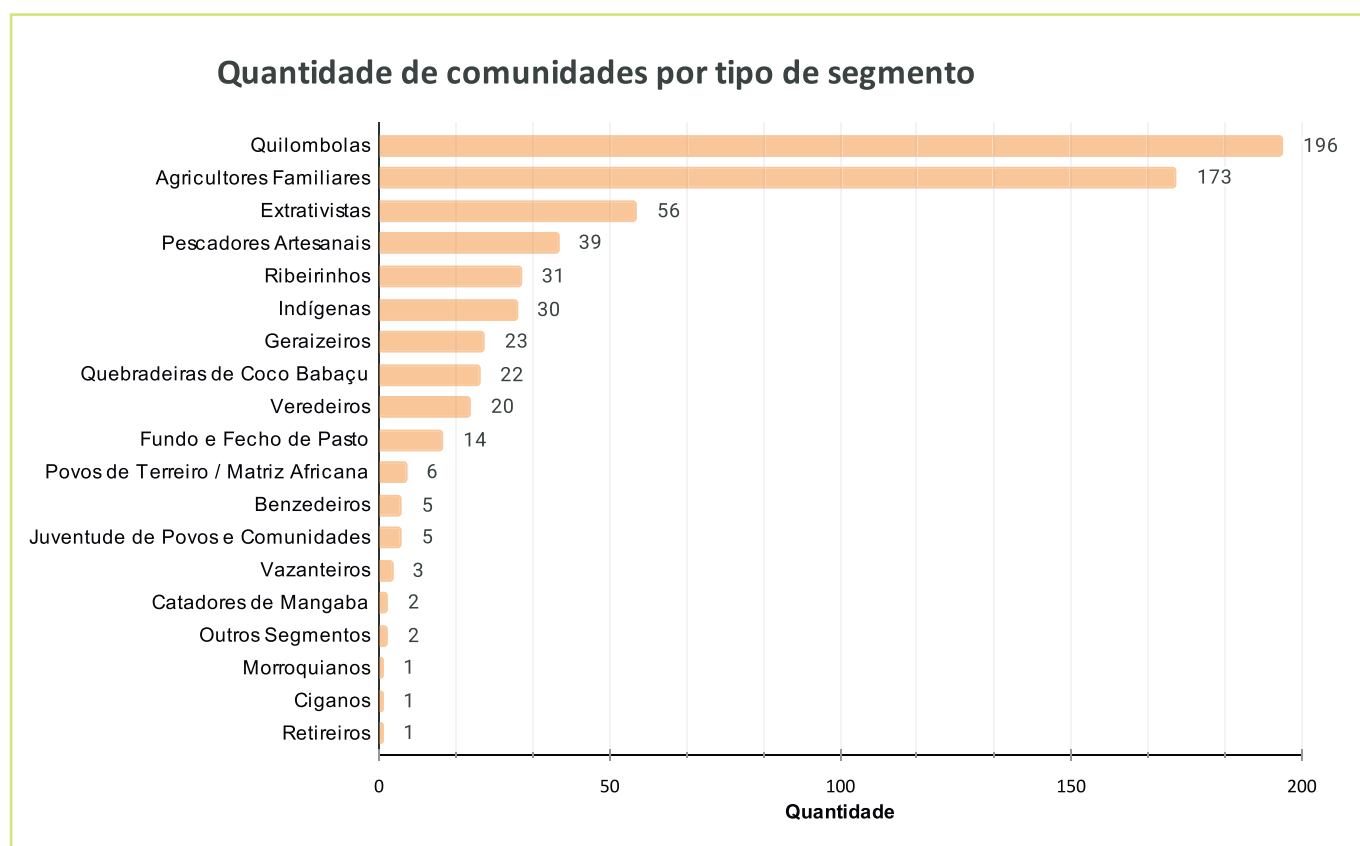


Figura 1 - Quantidade de segmentos escolhidos pelas comunidades

Uso do solo em territórios de comunidades tradicionais cadastradas no Tô No Mapa

Metodologia

Para entender a dinâmica de uso e cobertura da terra nos territórios cadastrados no Tô no Mapa, foi realizado um cruzamento das 400 comunidades automapeadas com os dados da coleção de uso e cobertura da terra da iniciativa MapBiomias (<https://brasil.mapbiomas.org/>). A análise abrange o período de 1985 a 2024 e considera tanto o interior dos territórios quanto uma faixa de 10km ao redor de cada um deles. Os dados foram processados de forma comparativa para avaliar o grau de conservação da vegetação nativa dentro dos territórios e no entorno imediato.

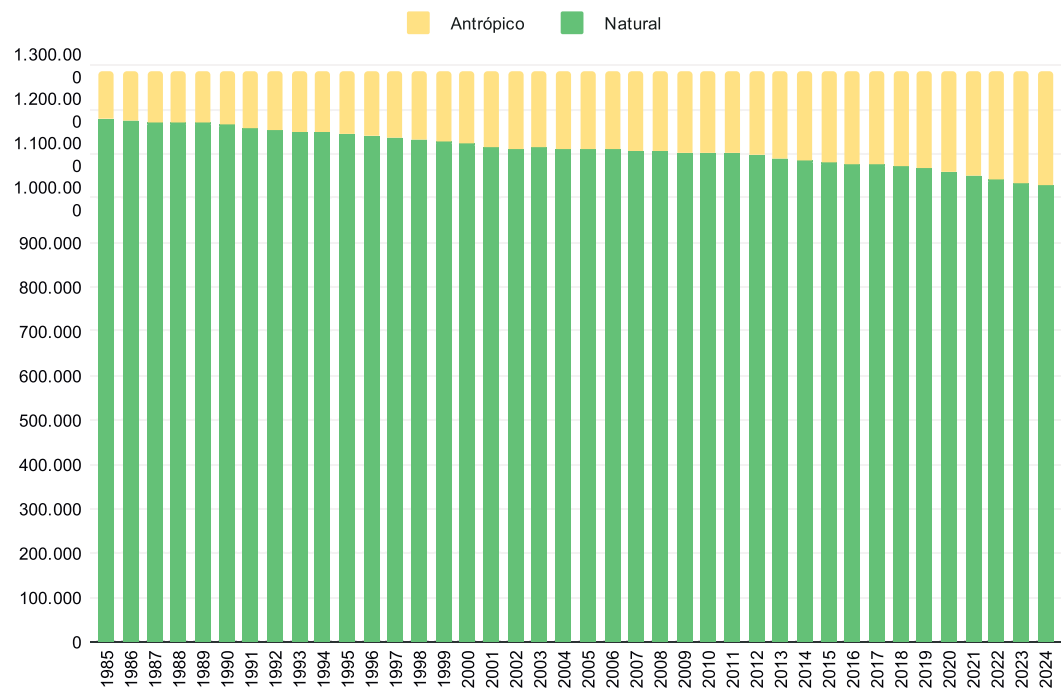
Resultados

Entre os anos de 1985 e 2024, os 399 territórios tradicionais automapeados pelo Tô no Mapa perderam, em média, 13% de sua vegetação nativa. No mesmo período, as áreas no entorno desses territórios, definidas por um raio de 10 quilômetros, registraram uma perda de 24%. Isso indica que, proporcionalmente, o entorno foi 84% mais desmatado do que os próprios territórios, demonstrando o papel importante que essas comunidades exercem na conservação da vegetação nativa.

A principal causa de conversão da vegetação nos dois contextos, tanto dentro quanto fora dos territórios, foi a substituição por pastagens. Em 2024, essa classe de uso representou cerca de 64% da área convertida dentro dos territórios e 60% no entorno. Nas áreas ao redor, o segundo maior vetor de conversão está associado ao avanço de commodities agrícolas, como soja, algodão e cana-de-açúcar, cuja presença se intensificou a partir de 2003. Hoje, essas lavouras ocupam cerca de 10% da área convertida no entorno.



Uso e cobertura da terra dentro das comunidades



Uso e cobertura da terra no entorno das comunidades

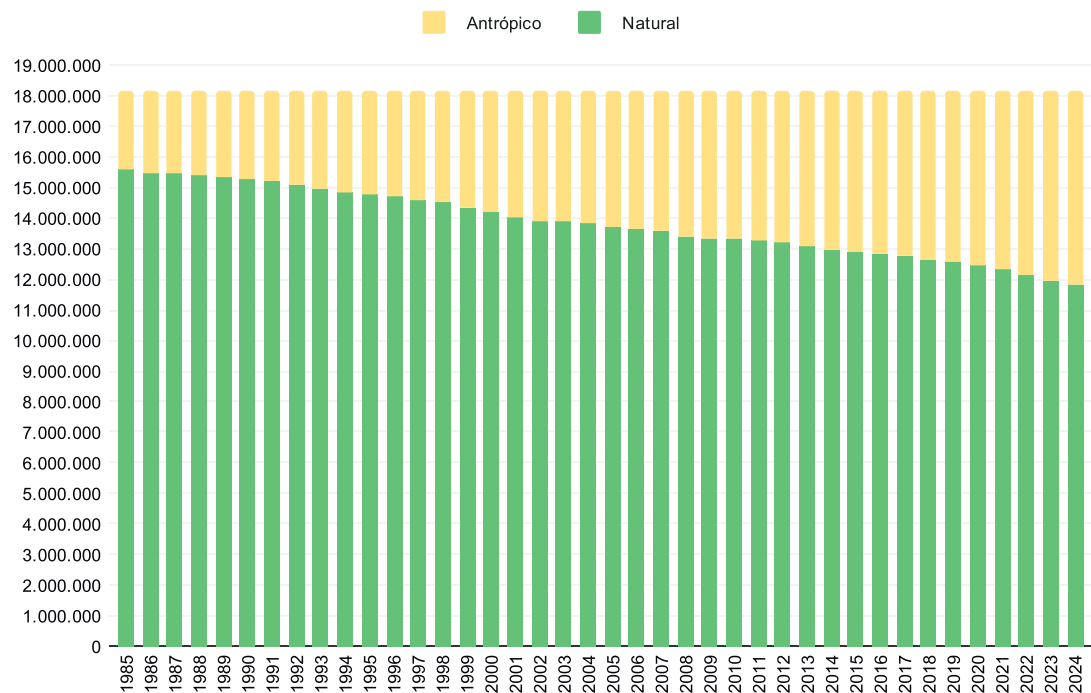


Figura 2 - Diminuição da vegetação nativa e aumento da área antrópica dentro das comunidades e no entorno de 10km entre 1985 e 2024



Mesmo com o avanço das atividades antrópicas, os territórios preservam, em média, 80% de sua vegetação nativa, enquanto o entorno mantém cerca de 65%. Essa diferença acentua a importância de proteger os territórios tradicionais, que atuam como barreiras ao desmatamento e à degradação ambiental.

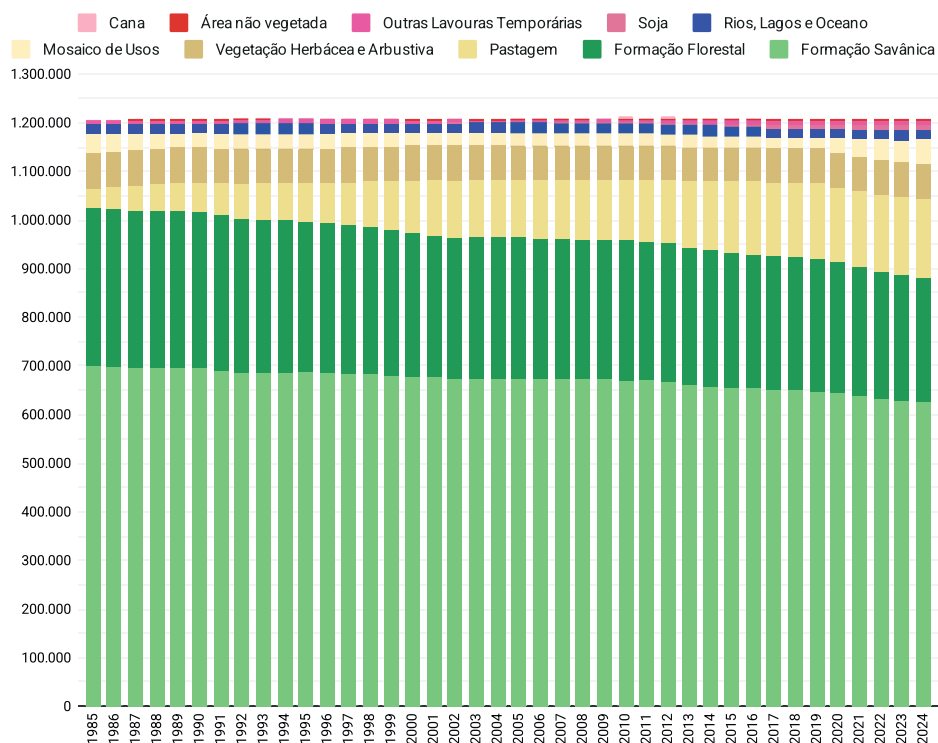
Do total das 400 comunidades analisadas, 388 perderam alguma parte da vegetação nativa no período analisado. No entanto, 111 comunidades sofreram perdas superiores a 50% da cobertura original. Em relação aos biomas, de acordo com o Relatório Anual de Desmatamento (RAD) produzido pela Rede Mapbiomas, nos anos de 2023 e 2024 o Cerrado foi o mais desmatado no Brasil, ultrapassando a Amazônia que anteriormente liderava. E isso se reflete diretamente nos territórios cadastrados no Tô no Mapa.

Nesses últimos dois anos, de acordo com os dados do Mapbiomas Alerta, esses territórios totalizaram uma área desmatada de 9,8 mil hectares desmatados (5,1 mil ha em 2023 e 4,7 mil ha em 2024), sendo que mais de 90% dessa área está localizada no Cerrado. Já no entorno de 10km dos territórios automapeados o desmatamento foi de 163,2 mil hectares (104,7 mil ha em 2023 e 58,5 mil em 2024), ou seja, 16 vezes maior que dentro dos territórios cadastrados. Além disso, o principal vetor de pressão associado a esse desmate, tanto dentro quanto no entorno dos territórios, é a atividade agropecuária.

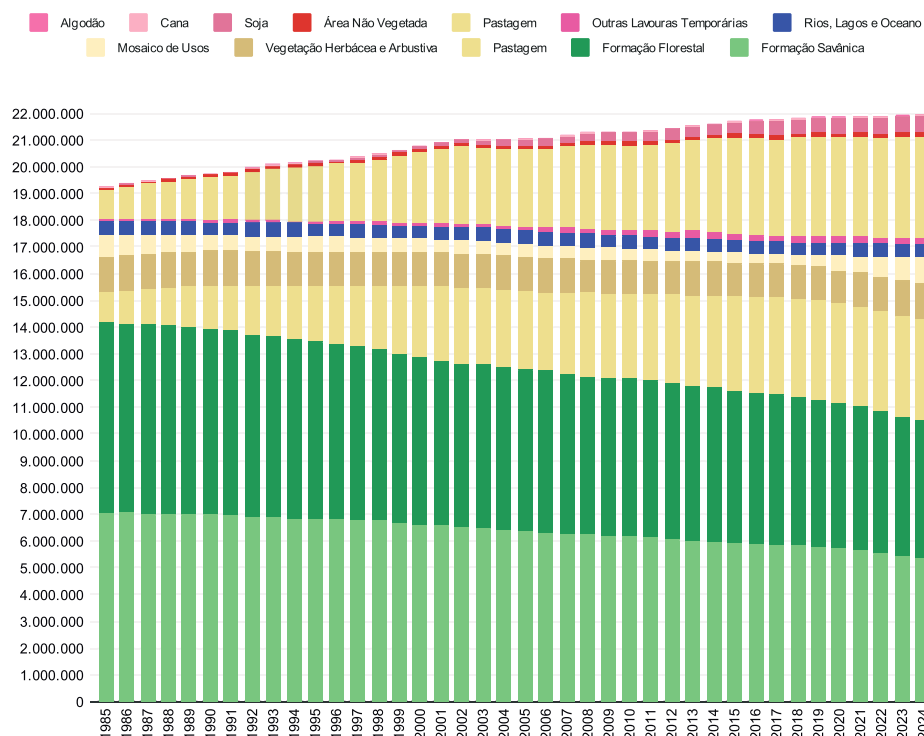
Em alguns casos, essas perdas estão associadas à ação de terceiros que ocuparam os territórios sem consentimento das comunidades, promovendo desmatamento e produção agrícola em áreas reconhecidas como pertencentes às comunidades. Além disso, através dos relatos das comunidades e dos dados do módulo de mineração do Projeto Mapbiomas, no ano de 2024 foram identificados conflitos com atividades minerárias no entorno de 34 comunidades. A mineração no entorno imediato das comunidades já ultrapassa 6,7 mil hectares. Em dois territórios, Nossa Senhora do Livramento (Mato Grosso) e Codó (Maranhão), a mineração já ocorre dentro dos próprios territórios tradicionais, aumentando os riscos de degradação e conflito socioambiental.



Uso e cobertura dentro das comunidades



Uso e cobertura no entorno das comunidades



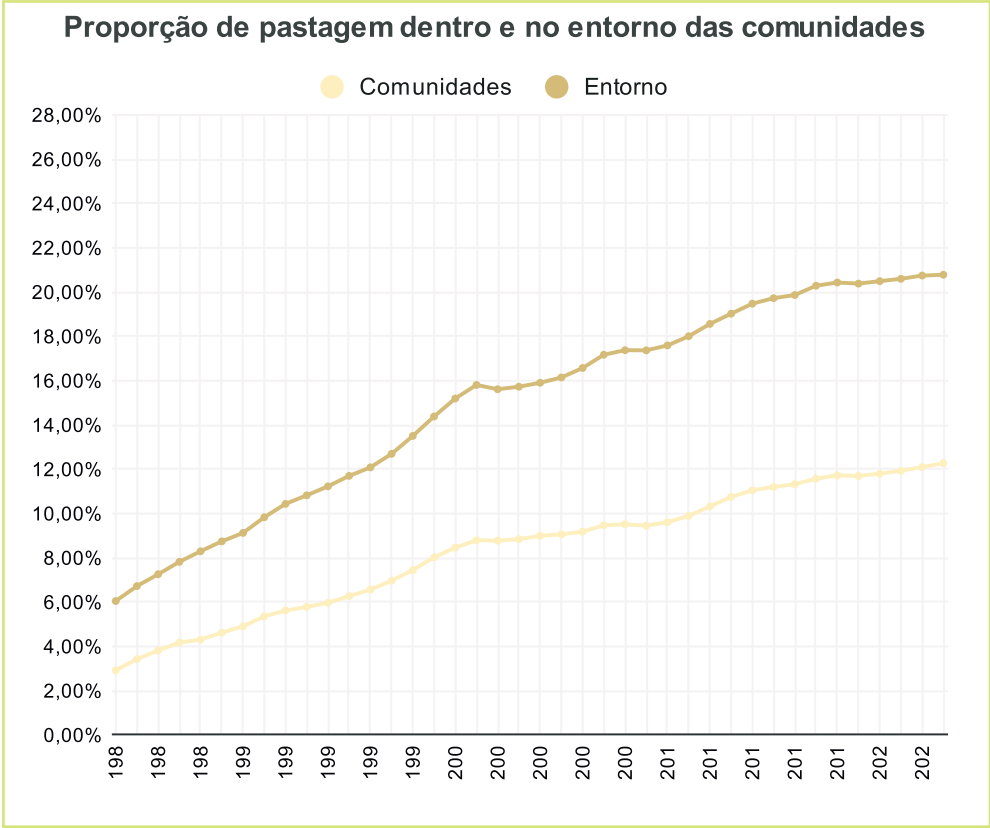
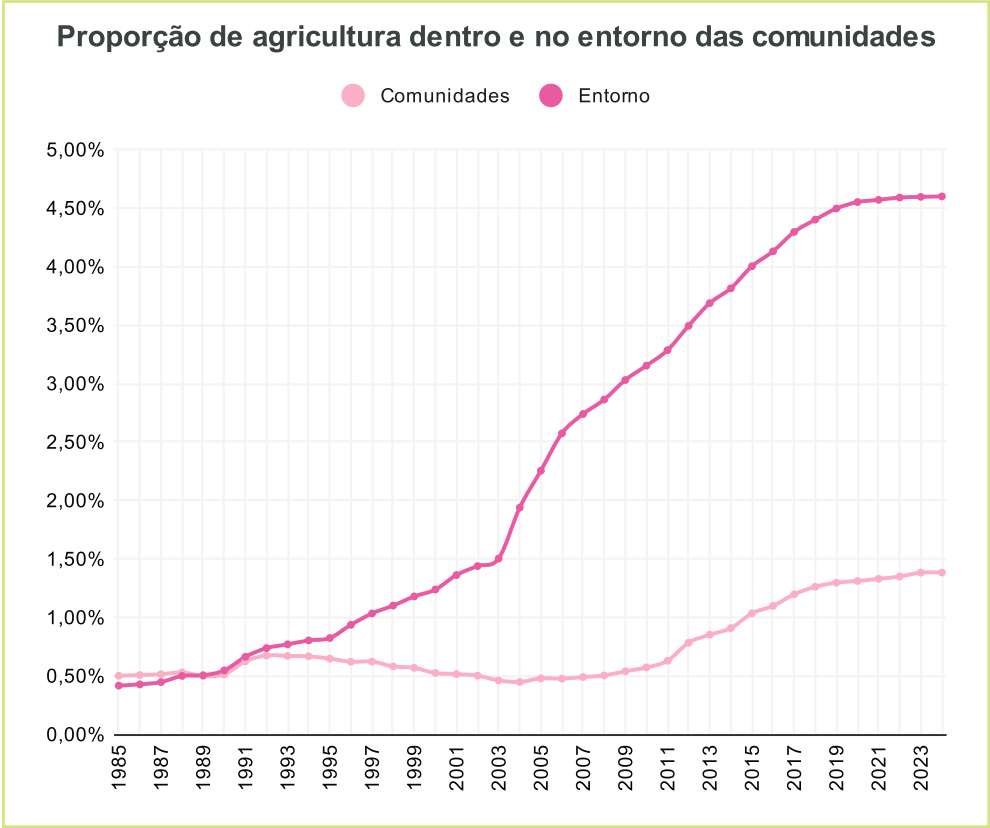


Figura 3 - Uso e cobertura da terra dentro das comunidades e no entorno de 10km entre 1985 e 2024 por classe de uso. Destaque para a proporção das classes de pastagem e agricultura dentro e no entorno.



Territórios tradicionais e sobreposições fundiárias

A falta de reconhecimento territorial de povos e comunidades tradicionais gera inúmeras situações de vulnerabilidade, entre elas as sobreposições de outras categorias fundiárias. Dos territórios automapeados via Tô No Mapa, 46% apresentam imóveis rurais sobrepostos, o que resulta em conflitos ligados à disputa de terra, invasões e ameaças aos modos de vida tradicionais. Apenas 1% dos territórios estão em áreas públicas ainda não destinadas, o que indicaria uma possibilidade mais efetiva de se reconhecer esses territórios. No entanto, a morosidade do Estado na destinação faz com que cada vez mais essas áreas sejam alvo de grilagem. Desses 1% de áreas públicas, 71% já estão ocupadas por CAR.

Outros 7% dos territórios se sobrepõem a áreas sem informações, onde não há dados espaciais públicos conhecidos, o que representa uma oportunidade para reconhecimento dessas áreas que, possivelmente, se tratam de áreas estaduais. O restante aparecem sobrepostos a categorias já definidas, muitas das quais possivelmente aguardam o reconhecimento ou titulação definitiva do território, são elas: 21% sobrepostos as APAs, 7% sobrepostos a assentamentos tradicionais, 1% em assentamentos diferenciados, 9% em territórios quilombolas e 9% em territórios indígenas.

Discussão

Os resultados apontam que os territórios tradicionais automapeados exercem um papel fundamental na conservação ambiental. Mesmo diante de pressões crescentes, especialmente no Cerrado e na Amazônia, essas áreas mantêm índices significativamente mais altos de vegetação nativa em comparação ao entorno. A predominância da conversão para pastagens revela a permanência de atividades produtivas de menor impacto dentro dos territórios, enquanto fora deles se intensificam lavouras comerciais de grande escala.

A pressão externa, especialmente com o avanço do agronegócio e da mineração, evidencia a importância da regularização fundiária e do reconhecimento oficial desses territórios. Os dados mostram que parte da perda de vegetação nas comunidades se deve à ação de terceiros, que avançam sobre territórios sem a devida autorização das comunidades. Isso reforça a necessidade de fortalecer instrumentos de proteção legal e de políticas públicas que reconheçam e respeitem os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais.

Além disso, o papel dessas áreas como OMECs (Outras Medidas de Conservação Baseadas em Área), reconhecidas pela Convenção da Biodiversidade, deve ser formalmente incorporado pelo Estado brasileiro, contribuindo diretamente para as metas internacionais de conservação estabelecidas no Acordo de Kumming-Montreal.

A situação de insegurança fundiária permanece como a maior causa de conflito nos territórios. A demora na destinação de terras públicas e a falta de transparência acerca das informações sobre elas propiciam processos de grilagem e desmatamento. A omissão do estado em aplicar as tecnologias disponíveis para a resolução do problema fundiário do país aprofunda a vulnerabilidade e agrava conflitos.

Por isso, é fundamental avançar em estruturas e políticas que ampliem o alcance da capacidade do Estado de assegurar os direitos territoriais. A ausência de uma autarquia específica para tratar dos 26 segmentos de PCTs ainda institucionalmente desamparados, dificulta a coordenação de ações e retarda soluções, enquanto violações territoriais seguem em curso. As informações produzidas pelas próprias comunidades mostram caminhos claros para o reconhecimento e a regularização territorial. Cabe ao Estado transformar esse conhecimento em políticas que garantam segurança jurídica, reduzam conflitos e fortaleçam a conservação socioambiental.



A INTEGRAÇÃO ENTRE O TÔ NO MAPA E A PLATAFORMA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

A integração entre o Tô no Mapa (TnM) e a Plataforma de Territórios Tradicionais (PTT) se funda em uma visão comum de fortalecer a visibilidade e a legitimidade dos territórios de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). O aplicativo Tô no Mapa permite o automapeamento das áreas ocupadas pelas comunidades com dados georreferenciados, mesmo em modo offline, para suprir lacunas nos registros público-oficiais. Já a PTT, uma parceria entre o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e o Ministério Público Federal, opera como uma ferramenta político-jurídica que concentra informações autodeclaradas de PCTs. Desde 2024, a integração entre os dois sistemas foi aprimorada para permitir que, após o cadastro no Tô no Mapa, a comunidade tenha a possibilidade de enviar os dados complementares diretamente pelo aplicativo para realizar o cadastro na PTT.

Atualmente, está em implementação um avanço na integração na qual TnM e PTT passarão a ter o mesmo formulário de cadastramento, de modo que os cadastros feitos no aplicativo sejam automaticamente transferidos para a Plataforma de Territórios Tradicionais. Esse modelo elimina a duplicação de etapas, assegura padronização e reforça o princípio da autodeclaração territorial como entrada legítima nos sistemas oficiais. Ao reduzir barreiras de acesso e padronizar as informações, a integração fortalece o protagonismo das comunidades, permitindo que suas vozes e territórios estejam cada vez mais presentes nos instrumentos de gestão pública, pesquisa e formulação de políticas voltadas à proteção e promoção dos direitos territoriais.

Para saber mais sobre a PTT, acesse o site: <https://territoriostradicionais.mpf.mp.br/>



AUTODECLARAÇÃO TERRITORIAL

Autodeclaração da posse tradicional é o ato jurídico pelo qual o povo ou comunidade informa fundamentadamente ao estado e à sociedade o território tradicional ocupado e/ou reivindicado. Assim, a autodeclaração é a forma pela qual o estado brasileiro pode reconhecer, determinar e garantir territórios tradicionais ainda não demarcados ou em processo de demarcação.

Segundo o Enunciado nº 47, da 6ª CCR/MPF, a autodeclaração dos territórios tradicionais é legítima e gera repercussões jurídicas, independentes e incidentais aos procedimentos de reconhecimento e titulação estatal, devendo influenciar e induzir políticas públicas diversas. Nesse sentido, é dever do Ministério Público Federal defender tais iniciativas extrajudicialmente e judicialmente

A autodeclaração territorial, portanto, fortalece a autodeterminação dos povos e comunidades, previne conflitos e violações de direitos humanos, além de aprimorar a governança fundiária.

Wilson Rocha, Procurador da República, Diretor Executivo do Projeto Territórios Vivos.



Novidades

Novos vídeos tutoriais

Nove vídeos **tutoriais** estão disponíveis em nosso site para auxiliar na realização do automapeamento. Os vídeos foram feitos com tecnologia *Screencast*, que nada mais é do que a gravação da tela do aplicativo. Essa tecnologia é excelente, principalmente para a prática de mapeamento, e proporciona um aprendizado mais fácil. Não deixe de conferir os novos vídeos!



Audiocasts Tô No Mapa

O Tô no Mapa lançou uma série de áudios para apoiar povos e comunidades tradicionais na compreensão e defesa de seus direitos. São cinco episódios curtos disponíveis no site do aplicativo, no **YouTube** e no canal de **WhatsApp**.



Canal de WhatsApp "Tô No Mapa"

Chegou o canal oficial do Tô no Mapa no WhatsApp! Agora ficou ainda mais fácil acompanhar novidades, informações e conteúdos sobre os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais! O canal é simples, rápido e gratuito, acesse e fique por dentro: **Canal Tô no Mapa**.



Novas histórias de comunidades no “Virô Notícia”

O blog de notícias do Tô no Mapa traz pautas relacionadas à luta pelos direitos territoriais, além de histórias das comunidades e povos tradicionais que já realizaram automapeamento no aplicativo: [Virô Notícia](#).

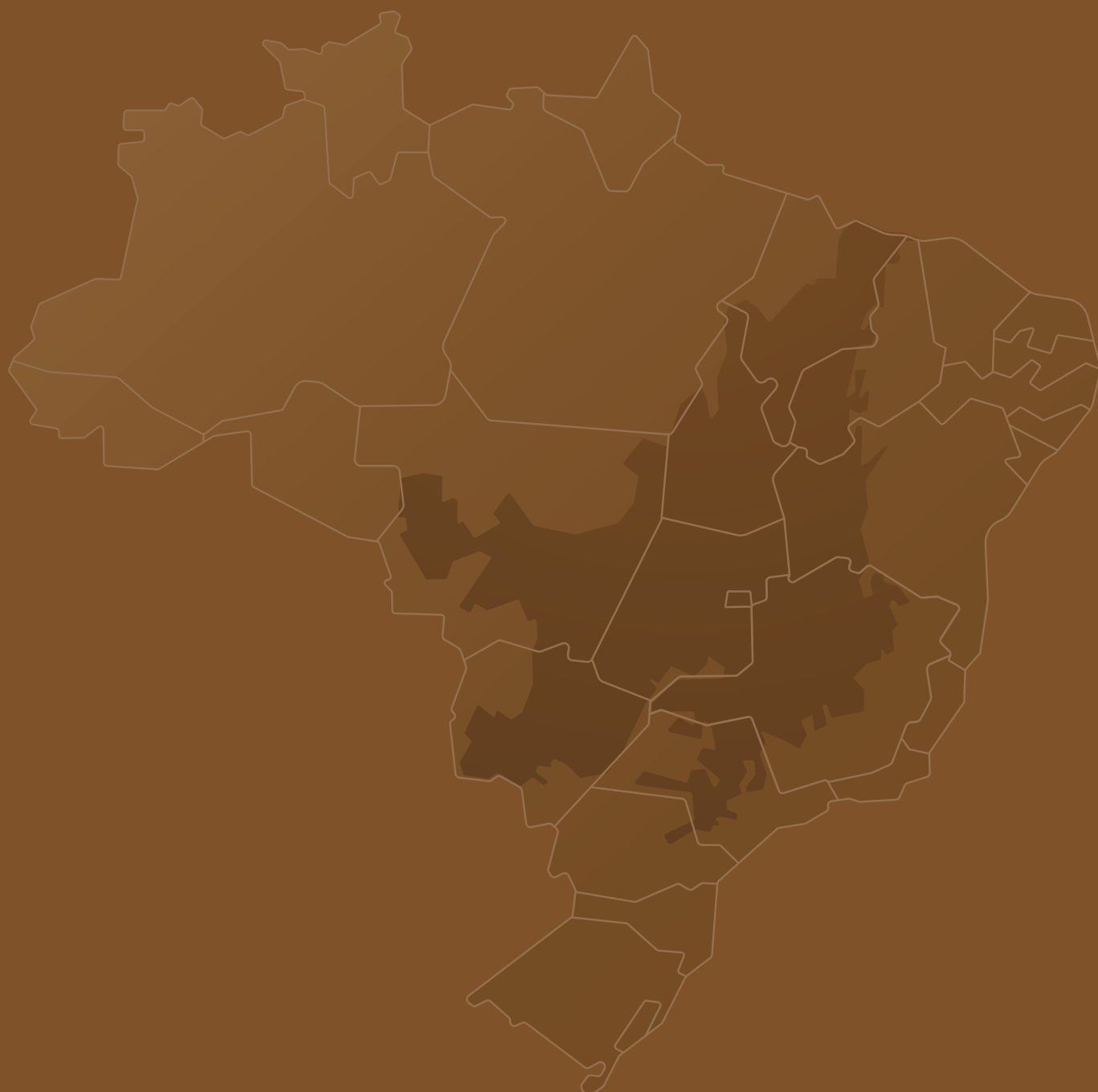
Parceria com o Brasil de Direitos

O portal de notícias sobre direitos humanos Brasil de Direitos, do Fundo Brasil, agora também publica histórias de comunidades mapeadas pelo Tô no Mapa. A ideia da parceria é trazer mais visibilidade para o debate sobre direitos territoriais, povos e comunidades tradicionais.

Guia de boas práticas

Foi lançado o *Guia de Boas Práticas: mapeamento de territórios tradicionais com o aplicativo Tô No Mapa* com o objetivo de orientar facilitadores(as) no processo de apoio ao mapeamento das comunidades desde a articulação e abordagem da comunidade até a devolutiva do cadastro. [O Guia](#) está disponível no site do Tô No Mapa e compõe o acervo de publicações e materiais audiovisuais de apoio ao mapeamento dos territórios tradicionais via aplicativo Tô no Mapa.





tonomapa.org.br